



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Formação de Professores

Táisa Moreira Lima de Assunção

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM MARICÁ

São Gonçalo
2014

Táisa Moreira Lima de Assunção

Reflexões sobre Educação Ambiental em Maricá

Monografia apresentada à Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientadora: Helena Amaral da Fontoura

São Gonçalo
2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, o principal responsável por tudo isso. Aquele que me capacitou e a quem serei eternamente grata.

A Helena Fontoura, minha orientadora, pela confiança, incentivo e pela calma e eficiência com que acrescentava pontos relevantes ao nosso trabalho.

A todos os professores e funcionários do Centro Educacional Infantil do Município de Maricá pela receptividade e pelo suporte e orientação nas visitas realizadas ao longo de todo ano letivo.

Às minhas amigas de faculdade pelo apoio e pela ajuda nesses momentos que passamos juntas.

À minha mãe Rosylene e ao meu pai Lenilson pelo apoio incondicional, incentivo, carinho e pelo suporte em todos os momentos.

Às minhas irmãs Natália e Talita maiores incentivadoras nessa minha jornada, companheiras de toda a minha vida, elas sempre acreditaram no meu potencial e capacidade.

À minha tia Rosyane, ao meu tio Luiz Eduardo e a toda a minha família que sempre acreditaram que eu seria capaz de concluir este ciclo tão importante em minha vida.

A minha chefe e amiga Laila Wajntraub que me apoiou e me liberou do horário de trabalho em todos os momentos que precisei.

Ao meu amor José Luiz que chegou em minha vida no final deste trabalho, mas que em pouco tempo se tornou peça fundamental para a conclusão deste ciclo.

RESUMO

Depois que conheci Maricá minha vida não foi a mesma, pois eu pude vivenciar momentos únicos de contato com a natureza, eu percebi que a vida ao ar livre e pés no chão poderia ser muito mais atraente do que a vida na cidade mesmo com todos os recursos que uma grande metrópole pode proporcionar. Meus pais, com tanta beleza e qualidade de vida, compraram uma casa na cidade e nós passamos a frequentar Maricá todos os finais de semana, estávamos sempre prontos para encarar trânsito e ônibus lotado tendo a certeza de que valeria a pena quando chegássemos. A casa não era uma construção nova, mas era bem espaçosa, a varanda era enorme, o quintal maior ainda com um gramado verdinho e muitas árvores, goiabeira, bananeira, amoreira, laranjeira, limoeiro. Dormíamos de portas e janelas abertas, acordávamos com o galo cantando e quando os dias eram de sol ficava ainda melhor acordar cedo, aproveitar um mundo novo e explorar algo totalmente diferente, fazíamos casinhas de boneca no quintal, brincávamos de guerra de estreme de cavalo com o vizinho, fazíamos fogueiras, andávamos de bicicleta, tomávamos banho de lagoa e de mar. Naquele lugar vivíamos livres e com os pés no chão, sentindo a terra, a natureza.

Neste trabalho busco analisar os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, procurando refletir de forma crítica, dialogando com a Lei de Diretrizes e Bases, esse trabalho se faz de suma importância para repensarmos nossas práticas enquanto educadores, entendendo por sua vez, como se dá o processo de aprendizagem e como respeitar o espaço e tempo da criança é fundamental para um desenvolvimento saudável. Neste sentido, terá como principal foco refletir sobre desenvolvimento sustentável diante da lógica capitalista altamente predatória e destrutiva que nos domina há séculos.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I – Reflexões sobre Currículo e Educação Ambiental.....	8
1.1 – Currículo	8
1.2 - As disciplinas não dão conta da realidade	13
1.3 – Educação Ambiental	15
CAPÍTULO 2 – Educação Ambiental em Maricá: Uma Experiência no Centro de Educação Infantil do Município de Maricá (CEIMM).....	23
2.1– Maricá: Um breve histórico	23
2.2 – Um olhar para a Centro de Educação Infantil do Município de Maricá (CEIMM)	26
2.3 - O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro Educacional Infantil do Município de Maricá (CEIMM).....	28
2.4 - A Educação Inclusiva	29
2.5 - Os Projetos Desenvolvidos no CEIMM e a Educabilidade.....	30
2.6 - As relações Interpessoais no Centro Educacional Infantil do Município de Maricá (CEIMM)	32
CAPÍTULO 3 – Atividades sugeridas para implementação da Educação Ambiental nas escolas.....	35
3.1 – Horta: Aprendendo a cuidar.....	35
3.2 - Transformando Espaços com Luzes e Sombras	36
3.3 – Visita aos amigos	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

“Maricá mato espinhento nascido aí pela serra enfeitando a natureza que toda a beleza encerra, sua presença era tanta que há muito tempo essa planta deu o nome à sua terra.” (CAMPELO, 2007, p. 1)

Era o ano de 1995 quando minha família resolveu fazer uma viagem, uma para um lugar longe da loucura da cidade grande. Foi quando conheci Maricá. Eu, meus pais, minhas irmãs e familiares passamos 15 dias na cidade de Maricá, no bairro de Jaconé, que fica localizada uma praia que naquele tempo era deserta e paradisíaca, e ainda é como outrora. Nesta viagem tive a oportunidade de viver experiências incríveis, ficar 15 dias em um lugar totalmente tranquilo e bem afastado de toda a loucura da cidade grande, sem trânsito e sem pessoas apressadas, sem preocupações – nem luz elétrica nós tínhamos. Quando as noites chegavam todos se reuniam no jardim, em volta do lampião nós sentávamos e observávamos o gramado verdinho, o sapo boi que dormia ali perto, o céu coberto de estrelas a linda lua cheia que iluminava toda a noite (as noites de lua cheia são sempre as melhores) e ali ficávamos contando histórias, conversando, compartilhando um momento familiar único. Nos dias ensolarados caminhávamos até a praia e lá ficávamos catando tatuí, pescando, construindo mulheres e castelos de areia, tomando banho de mar.

Depois daquela viagem minha vida não foi a mesma, pois eu pude vivenciar momentos únicos de contato com a natureza, eu percebi que a vida ao ar livre e pés no chão poderia ser muito mais atraente do que a vida na cidade mesmo com todos os recursos que uma grande metrópole pode proporcionar. Meus pais, com tanta beleza e qualidade de vida, compraram uma casa na cidade e nós passamos a frequentar Maricá todos os finais de semana, estávamos sempre prontas para encarar trânsito e ônibus lotado tendo a certeza de que valeria a pena quando chegássemos. A casa não era uma construção nova, mas era bem espaçosa, a varanda era enorme, o quintal maior ainda com um gramado verdinho e muitas árvores, goiabeira, bananeira, amoreira, laranjeira, limoeiro. Dormíamos de portas e janelas abertas, acordávamos com o galo cantando e quando os dias eram de sol ficava ainda melhor acordar cedo, aproveitar um mundo novo e explorar algo totalmente diferente, fazíamos casinhas de boneca no

quintal, brincávamos de guerra de estrume de cavalo com o vizinho, fazíamos fogueiras, andávamos de bicicleta, tomávamos banho de lagoa e de mar. Naquele lugar vivíamos livres e com os pés no chão, sentindo a terra, a natureza.

Na virada do milênio meus pais resolveram se mudar para a cidade. Foi uma grande mudança, mudança de hábitos, um novo estilo de vida adotado. Meus amigos e minha família haviam ficado no Rio de Janeiro e Maricá já não era mais tão atraente como antes. Com o passar do tempo tive a chance de conhecer a cidade, suas belezas, lembro-me que minha primeira oportunidade de conhecer o município foi em um trabalho na 6ª série (7º ano atualmente), a professora pediu que nós pesquisássemos sobre os pontos turísticos e nós argumentamos que Maricá não possuía pontos turísticos, ela então pediu para que pesquisássemos e, para nossa surpresa, haviam tantos lugares para falarmos que ficamos sem saber por onde começar. Ao longo dos anos pude conhecer as belezas naturais da cidade e descobri lugares incríveis.

Depois de tudo que vivi em Maricá todas as experiências enriquecedoras que tive com a natureza, meu tema de Monografia teria que ser relacionado ao Meio Ambiente. Trabalhar, pensar, refletir Educação Ambiental sempre foi meu desejo na Universidade. Este desejo tornou-se trabalho de pesquisa a partir das aulas que tive com as professoras Sônia Câmara e Helena Amaral da Fontoura, estas me orientaram no direcionamento do tema, na escolha do locus, na escolha das bibliografias e etc.

Este trabalho justifica-se a medida que cada vez mais o Meio Ambiente vem sendo degradado pela população mundial. O crescimento desordenado da população em áreas de preservação, o estilo de vida capitalista e a lógica de consumo incentivada pela mídia tornam a discussão sobre as questões ambientais essencial para a melhora da qualidade de vida da população e do ambiente que vivemos.

Em Maricá esta realidade de degradação e aumento descontrolado da população não é muito diferente do que vem acontecendo no mundo inteiro. De acordo com dados do IBGE, em 1991 a população de Maricá população era de 46.545 habitantes, passando a ser de 60.064 em 1996 e em 2007 mais de 123.000 habitantes vieram para a cidade. Os atuais dados do IBGE, no entanto, registram hoje 143.111 habitantes na cidade, e o fato da grande maioria da população ser de origem metropolitana preocupa ainda mais. Com o crescendo desordenado da população o município apresenta problemas no baseamento básico, poluição nas lagoas e nas praias, degradação das áreas verdes, da restinga, dos mangues e total desvalorização das áreas de preservação. Além disso,

vivemos hoje com a possível construção de um Porto na cidade, colocando em risco toda a costa maricaense e a vida marinha que depende este eco sistema para sobreviver. O documento requerendo a Autorização para Construção e a Exploração de Terminal de Uso Privado, denominado Terminais Ponta Negra (TPN) descreve a localidade como Ponta Negra, adjacente à praia de Jaconé, o documento justifica a construção do Porto alegando se tratar de uma localização estratégica que permitirá atender as necessidades logísticas das principais bacias de produção, principalmente a de Santos, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O documento descreve também os investimentos que passam os R\$ 5 bilhões, só na primeira etapa o Porto vai gastar mais de R\$ 1 bilhão de reais.

Objetivando analisar os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, buscando refletir de forma crítica, dialogando com a Lei de Diretrizes e Bases, esse trabalho se faz de suma importância para repensarmos nossas práticas enquanto educadores, entendendo por sua vez, como se dá o processo de aprendizagem e como respeitar o espaço e tempo da criança é fundamental para um desenvolvimento saudável. Neste sentido, terá como principal foco refletir sobre desenvolvimento sustentável diante da lógica capitalista altamente predatória e destrutiva que nos domina há séculos.

CAPÍTULO I – Reflexões sobre Currículo e Educação Ambiental

1.1 – Currículo

Ao iniciar o estudo sobre currículo é necessário o entendimento do que é currículo e qual sua origem. A ideia de uma teoria do currículo surgiu no séc. XX quando aparece pela primeira vez como objeto de estudo. Segundo Silva:

O currículo aparece pela primeira vez como um projeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos dos anos vinte. Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos imigratórios que intensificavam a massificação da escolaridade, houve um impulso por parte de pessoas ligadas sobretudo à administração da educação, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículo. As idéias desse grupo encontram sua máxima expressão no livro de Bobbitt, *The curriculum* (1918). No modelo de currículo de Bobbitt, os estudantes devem ser processados como um produto fabril. (2007, p.12).

No início, a teoria sobre currículo sofreu influência da noção de linha de produção onde se estabelecesse um processo de aprendizagem que proporcionasse maior produtividade e resultado. Neste planejamento ideal todos aprenderiam de forma igual e chegariam ao mesmo resultado. Este modelo, hoje conhecido como modelo tradicional não leva em consideração as diversidades e as diferenças, mas observamos que sua presença através do campo das ideias até os dias de hoje nas escolas.

Após uma breve passagem pelas teorias do currículo a partir da obra *Documentos de Identidade* de Tomaz Tadeu, constatou-se que currículo não é apenas um pedaço de papel, currículo não é apenas um documento norteador de práticas educacionais, ele se apresenta também nas práticas e nas relações dos sujeitos. Tomaz Tadeu afirma que:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O Currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2007, p. 150)

Neste sentido, entende – se que o currículo acontece no tempo, no espaço, nas relações entre os sujeitos. O currículo acontece no dia a dia da sala de aula, mesmo que a escola não trabalhe com um currículo formal; o currículo está presente nas atividades realizadas, mesmo que não haja planejamento prévio. O currículo precisa ser integrado com a cultura, a etnia, a raça e as vivências dos sujeitos, sem essa integração o mesmo se torna superficial e sem significado. Nesta perspectiva trabalharemos com dois tipos de currículo. O currículo pensando, este é o currículo escrito, são as propostas pensadas, as teóricas, os documentos norteadores do processo de ensino aprendizagem, o outro é o currículo praticado, através dele que é possível avaliarmos o currículo pensado, o que está sendo de fato praticado. O que é realmente relevante para estes sujeitos? O que deve ser modificado em favor da educabilidade dos alunos? É fato inegável que estes currículos, pensado e praticado, precisam ser trabalhados integralmente juntos, o currículo praticado precisa da organização prévia do currículo pensado e o currículo pensado precisa dos questionamentos da prática para se adequar as diversas realidades e contribuir de forma significativa para a construção de identidade do sujeito.

A prática pedagógica escolar, na qual são destacados os valores de uma cultura soberana, muito tem colaborado no sentido de controlar as pessoas e instituir significados. Para isso, seleciona conteúdos, destaca comportamentos a serem evidenciados e valoriza práticas sociais de determinados grupos ao destacar, por exemplo, o que deve ser estudado durante o ano e o que deve ser ‘visto’ eventualmente. A preocupação docente em enriquecer a aula e tornar mais fácil e real a teoria tem sido um campo no qual discretamente a supremacia social e cultural é estabelecida.

O Ministério da Educação (MEC), acreditando que a educação escolar não está conseguindo lidar com a formação de sujeito ativo, discute o despreparo das escolas na elaboração de temas transversais e quando sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) uma reflexão sobre o tema Educação Ambiental, encontramos professores com dúvidas de como trabalhar tal assunto. Não é de hoje que a escola tradicional encontra dificuldade em fazer um link entre o que é vivido pelos alunos e as disciplinas trabalhadas em sala de aula, sendo assim, o discente estuda uma matéria isolada, que não possui significado aparente no seu cotidiano. A concepção do que seria uma cidadania ativa se esvai, visto que fica de difícil compreensão para o aluno se ver como autor corresponsável pela sociedade, uma vez que os alunos não se veem como participantes ativos de uma sociedade.

Tal dificuldade de integrar os temas se faz presente quando encontramos alunos pelos corredores das escolas discutindo a utilidade de determinado assunto ou disciplina. Contudo, se tais disciplinas tradicionais não estão dando conta de compreender as urgências sociais, por que essas tais disciplinas tradicionais ainda são centrais na escola? Na verdade, não pretendemos aqui propor um esvaziamento de conteúdos na escola, pelo contrário, propomos o oposto ao acreditar que a interdisciplinaridade, quando trabalhada em conjunto, pode se tornar um elemento fundamental para fazer o sujeito compreender a importância dos conteúdos tradicionais, onde estes conteúdos serão capazes de se unir de forma contemporânea e agradável às necessidades sociais que cada um precisa compreender para transformar a sociedade em um local melhor.

A autonomia da criança e a busca pela sua identidade são fundamentais para o aprimoramento de um indivíduo capaz de enfrentar as adversidades impostas pelo mundo. Tal identidade é construída pelo meio em que estamos inseridos, visto que somos sujeitos sociais e culturais. Reconhecer-se como um ser único, possuidor de predileções e autônomo para fazer escolhas, tem início quando nascemos e só termina no final da vida. O primeiro grande passo nesse processo de autoconhecimento começa pelo nome, e se segue ao decorrer da vida. Reconhecendo a importância da construção da identidade e que ela se dá no meio onde estamos inseridos, a Lei de Diretrizes e Bases ressalta que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” educação infantil é a fase da descoberta da criança enquanto sujeito capaz e autônomo, cabendo ao professor estimular o desenvolvimento psicomotor, social e afetivo. (Lei de Diretrizes e Bases, 1996.)

A escola, família e a comunidade têm papel fundamental no processo de busca pela identidade uma vez que a criança interage com todas essas camadas sociais, compreende as regras, diferenças e similaridades envolvidas em cada espaço, como: festas populares, feiras e clubes. A inserção do indivíduo em diversas áreas, contribui para a formação de um sujeito ativo e consciente, pois a criança é um ser cultural que já nasce inserido em uma sociedade constituída por regras, crenças, etnias, etc. Através

dessas interações sociais, a criança começará a discernir onde começa o espaço e o respeito pelos outros sujeitos.

A escola é o espaço social onde o universo da criança se alarga, uma vez que ela interage com outras crianças vindas de culturas, crenças e etnias diversas. Por isso, uma instituição que valoriza as diferenças sociais contribui para uma sociedade mais justa e igualitária. É essencial que o professor saiba valorizar o universo cultural que cada aluno traz consigo, por isso não se deve criar estereótipos ou tomar a homogeneidade como parâmetro.

Como a criança é percebida pelo professor e pelo meio em que está inserida, é fundamental durante a construção da identidade, visto que a afetividade é primordial para valorizar a autoestima e formação de sujeitos seguros.

A afetividade é fator fundamental na constituição do sujeito. É entendida como instrumento de sobrevivência do ser humano, pois corresponde à primeira manifestação do psiquismo, propulsiona o desenvolvimento cognitivo ao instaurar vínculos imediatos com o meio social, abstraindo deste o seu universo simbólico, culturalmente elaborado e historicamente acumulado pela humanidade. Por conseguinte, os instrumentos mediante os quais se desenvolverá o aprimoramento intelectual são, irremediavelmente, garantidos por estes vínculos, estabelecidos pela consciência afetiva. (BORBA; SPAZZIANI, 2005, p. 2)

No início da vida o bebê não consegue diferenciar seu corpo do corpo da mãe porém aos poucos o mesmo vai adquirindo consciência dos seus movimentos, bem como seus limites, nesse processo o afeto é fator circunstancial para fazer a criança perceber a si próprio como sujeito em separado, organizando suas emoções e ampliando seus conhecimentos sobre o mundo, sendo assim, o outro é fundamental durante o desenvolvimento para que o bebê conheça a si próprio, lhe dando segurança e contribuindo para a construção da sua identidade. O contato com a família possibilita seu acesso ao mundo, contudo as pessoas que brincam e interagem com as crianças medeiam não só seu contato com o mundo, como também ressignificam o universo onde estão inseridos. Ao construírem vínculos e laços seus campos de ação são expandidos.

A sexualidade ainda é tema de tabu para a sociedade, quando se tratando de crianças, essa temática tende a ser contraditória e mística. Desde cedo, os pais criam

expectativas diferentes de acordo com o gênero da criança tal expectativa é significada de acordo com a cultura e concepção do que é ser homem ou mulher perante uma sociedade. Da mesma maneira, faz parte do processo de desenvolvimento da criança a curiosidade acerca da sexualidade, manifestando-as de formas distintas, podendo concentrar-se em determinadas partes do corpo de acordo com a fase e faixa etária da criança. A boca ainda é o primeiro meio por onde a criança começa a sentir a sensação de prazer ao mesmo tempo em que começa a agir sobre o meio.

A mídia vem tratando a sexualidade de forma explícita, porém seu despertar é natural da criança, tal assunto comumente é visto pelos pais como promiscuidade quando se tratando de crianças que explorando o corpo, tal visão se dá de acordo com a sociedade e cultura da época. Muitas vezes as crianças exploram seu corpo atrás de brincadeiras.

Durante o processo de aprendizagem a brincadeira amplia as relações sociais e estabelecem vínculos. A imitação tem papel fundamental durante a construção dos sujeitos, pois é através dela que a criança observa, apreende e diferencia-se do outro, compreendendo a diferença de cada um e contribuindo assim para a construção da sua identidade. O faz-de-conta também possibilita que a criatividade da criança seja desenvolvida uma vez que ela transformar heróis em pais de família, ampliando e multiplicando histórias. Contudo, o faz-de-conta é parte das observações que a criança faz de mundo, contribuindo para uma estética em processo de construção.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) foram criados com o objetivo de orientar os profissionais da educação no processo complexo de ensino e aprendizagem, criando normas e padronizando a educação possibilitando orientar professores de diferentes realidades e regiões do país a manterem um padrão na qualidade do ensino oferecido aos alunos. Sendo assim, eles são um referencial, que deveria ser consultado para a elaboração do planejamento das aulas de acordo com as diversas situações que surgem no dia – a – dia da instituição de ensino. Os RCNEI estruturam-se de forma que professores, funcionários da instituição e comunidade possam discuti-los e adaptá-los de acordo com as necessidades específicas de cada instituição e aluno, conforme a necessidade.

A falta de preparo dos profissionais da educação e a omissão dos governantes na prática de políticas educacionais eficientes e adequadas à realidade, veem tornando os referenciais curriculares em um modelo inquestionável a ser seguido, sem levar em

consideração as necessidades dos profissionais, a estrutura familiar a comunidade e os alunos envolvidos nesse processo.

Contudo, os RCNEI devem ser utilizados como um referencial de propostas a serem consultadas, pensadas e questionadas. Tornando a educação cada vez mais significativa e como consequência este processo, apresentam-se melhores condições de educabilidade.

1.2 - As disciplinas não dão conta da realidade

Com a divisão do trabalho incentivado pela indústria, a sociedade se deparou com a necessidade de maior especialização, com isso o mundo estaria exigindo uma nova configuração do conhecimento. Sendo assim, a hegemonia do pensamento positivista definiu no século XIX os limites entre ciência e senso comum e constituiu a base dos conceitos de disciplina com o qual operamos na atualidade.

A disciplinarização do conhecimento trata-se de um processo histórico que corresponde a um processo de seleção de dados considerados significativos e de rejeição de outros tidos como não pertinentes, agrupando-se de forma coerente um conjunto de objetos de estudo sob a rubrica de uma disciplina. De acordo com Santomé (1998), para preencher um conjunto de requisitos que envolvia três tipos de elementos, são estes: objetos observáveis e/ou formalizados, ambos manipulados por meio de métodos e procedimentos; fenômenos que são a materialização da interação entre esses objetos; leis que deem conta dos fenômenos e que permitam prever sua operação. Com isso, há uma valorização da especialização do conhecimento.

As disciplinas científicas são espaços de poder instituídos, nos quais diferentes atores sociais buscam construir sua hegemonia. Wallerstein (1990) define politicamente as disciplinas como “organização com limites, estruturas e pessoal para defender seus interesses coletivos e garantir sua reprodução”. A territorialização do conhecimento é uma forma de poder. As disciplinas científicas tradicionais tornam-se incapazes de atuar isoladamente, levando à criação de novas especialidades híbridas, menos restritas. Ao mesmo tempo, as fronteiras entre as ciências naturais e sociais e entre conhecimento científico e senso comum vêm sendo constantemente questionadas.

O artigo Parâmetros Curriculares Nacionais: A falácia de seus temas transversais aponta que para a relação entre a utilidade prática do conhecimento escolar, com sua

capacidade de resolver problemas do dia a dia dos alunos, e a organização disciplinar do currículo. Em seu artigo Macedo (2000) mostra que tanto a criação de disciplinas escolares quanto sua manutenção no currículo repousam em tradições de valorização de determinados campos de conhecimento escolar, relacionados à origem social e ao estudo ocupacional da clientela: as classes média e alta são preparadas academicamente para a vida profissional, ao passo que a escola destinada às classes baixas ministra um ensino vocacional ou ocupacional, frequentemente mais utilitários.

No Brasil, a profissionalização proposta pela lei 5.692/71 é um exemplo flagrante dessa realidade; nela, a ideia de utilidade foi apresentada como ponto fundamental da política educacional do Estado, mas não chegou a presidir a formação das elites. Assim, os estudos de Macedo (2000) chamam a atenção para o fato de que as disciplinas escolares não são mero reflexo das disciplinas científicas. Se algumas disciplinas escolares têm uma relação direta com campos de saber historicamente estabelecidos, outras são criadas em razão de fatores diversos. Não existe correspondência imediata entre disciplinas científicas e escolares, o critério utilidade é um dos mais potentes na criação de disciplinas escolares, embora não tenha a mesma força quando se trata de manter a disciplina dentro do currículo.

Os estudos em histórias das disciplinas vêm mostrando que essas disciplinas não são em todos os casos os reflexos, na escola, de campos do saber legitimados em outras instâncias da sociedade, por isso as disciplinas escolares tem especificidades que precisam ser repensadas. Existem casos de disciplinas escolares que, ao surgir, colaboram para a constituição de um campo, exigindo que a universidade crie especialidades até então inexistentes. Quais os critérios para se constituir um conjunto de disciplinas? A luta dos pioneiros da Educação Nova para criar espaços curriculares para as ciências naturais e maximizar o ensino da matemática, mostra o quanto se modificaram os nossos currículos ao longo dos anos.

Embora a ideia de utilidade do conhecimento seja considerada como essencial nos discursos sobre escolarização, não se aplica à realidade. Mas, ainda segundo Macedo (2000) não é por acaso, por incompetência ou pelas amarras das disciplinas, mas porque o conhecimento formal dissociado da prática constitui um poderoso elemento de diferenciação social.

1.3 – Educação Ambiental

A Educação Ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999 - Lei nº. 9795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental - e a partir daí a EA pode ser entendida como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (Lei Nº 9.795, Cap. I, art. 1º e 2º. De 27 de Abril de 1999.).

A Lei Nº 9.795/99 ainda propõem que como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação; às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

São princípios básicos da educação ambiental: O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade,

considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

São objetivos fundamentais da educação ambiental: o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; a garantia de democratização das informações ambientais; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. Neste sentido está garantido por lei que a Educação deve ser implementada em todas as instituições de ensino formal e informal, de maneira interdisciplinar, e também fora dessas instituições. O Poder Público e a sociedade como um todo deverão unir-se na participar ativa do processo educativo visando as melhorias das condições de vida da população priorizando a vida e o bem estar do ambiente e de todos que nele vivem. A lei Nº 9.795/99 saliente que:

A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. (Lei Nº 9.795, Cap. 2, art. 7º. De 27 de Abril de 1999.).

No entanto, apesar de termos atualmente o aparato da lei que garante a Educação Ambiental como tema fundamental a ser tratado na escola e fora dela como tema transversal interdisciplinar, não é isso que presenciamos na prática nas escolas e em nosso dia – a – dia. Há centenas de anos que presenciamos o descaso do poder público e da população que trata a Educação Ambiental de forma superficial, sem levar em consideração a complexidade do tema, além do descaso e desrespeito com o Meio Ambiental e com os recursos naturais que são explorados de forma agressiva e predatória, tornando o risco da extinção de milhares de espécies de plantas e animais um futuro não muito distante. Neste caso, devemos trabalhar baseados na cobrança por medidas de fiscalização que possam garantir a implementação da Educação Ambiental de forma eficaz em escolas públicas e particulares, além de políticas de incentivo à instituições governamentais e não governamentais para desenvolvimento de projetos que tornem o tema cada vez mais presente no dia - a - dia da população mundial

Nos últimos 20 anos a população mundial vem testemunhando a urgência no discurso da sustentabilidade. O aquecimento global, a escassez de água potável, o processo de desertificação, a poluição do ar. As problemáticas ambientais estão em alta na mídia, fala-se em catástrofes, espécies de animais desaparecendo, desastres que acontecem em todo o mundo. Estes acontecimentos são, sem dúvida, uma resposta da natureza contra a postura destrutiva que o ser humano vem causando, males estes que prejudicam muito a sociedade como um todo. Vivemos em um mundo fortemente segregado onde observamos que quem sofre mais com as grandes catástrofes ambientais são as classes menos favorecidas. É fato que os grandes impactos ambientais são causados devido à grande produção de resíduos tóxicos, no entanto é garantido que o homem e a mulher que vive em condições simples não seria capaz de tal produção. É necessário que se reconheça que as classes dominantes, aqueles que utilizam o modelo de industrialização vigente, modelo este baseado no uso da natureza e na leitura desta como recurso inesgotável, como fonte de poder, precisam mudar seu estilo de produção, utilizando os recursos naturais com cuidado e respeito.

É desse modelo de industrialização e consumo vigente que se deve partir para iniciar uma discussão sobre Educação Ambiental, pois entende-se que não basta ensinar alguém a não jogar sua latinha de refrigerante em um rio, por exemplo, se não trabalharmos o sentido desta ação e os prejuízos que tal atitude pode causar ao

ambiente, a ela própria e ao próximo. Não há sentido em falar de reciclagem sem se discutir a lógica destrutiva do sistema capitalista e a quantidade de materiais sólidos diversos que produzimos. De acordo com dados da décima edição do estudo Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), das 64 milhões de toneladas de resíduos gerados no ano de 2012, 24 milhões seguiram para destinos inadequados, como lixões. Isso equivale a 168 estados do Maracanã lotados de lixo, sendo que outras 6,2 milhões de toneladas de resíduos sequer foram coletadas. Em média cada brasileiro gerou 383 kg de lixo por ano, um aumento de 1,3% de resíduos por habitante em relação a 2011. Logo, é necessário que se discuta uma Educação Ambiental que atue de maneira crítica buscando desconstruir conceitos reducionistas e colocar em evidência a destruição em massa causada pelo sistema capitalista. É essencial entrarmos na discussão do consumismo que está enraizado na sociedade e para além disso, é de suma importância que haja uma mudança de comportamento, uma reflexão quanto à mudança de valores e costumes.

O lixo, de acordo com Layrargues (2002), vem sendo apontado como um dos problemas ambientais urbanos mais graves da atualidade. O sistema capitalista nos torna refém do consumo e do desperdício, a sociedade de maneira geral tem tratado o consumo como prioridade absoluta. A Política ou Pedagogia dos 3R's foi criada com o objetivo de orientar a população a gerenciar seu lixo de maneira adequada, buscando minimizar os impactos do consumo excessivo da população, os 3Rs significam, respectivamente, Reduzir, Reutilizar, Reciclar. Entretanto, temos que tomar cuidado com as políticas e projetos reducionistas. Segundo Layrargues (2002):

(...) apesar da complexidade do tema, muitos programas de educação ambiental na escola são implementados de modo reducionista, já que, em função da reciclagem, desenvolvem apenas Coleta Seletiva de Lixo, em detrimento de uma reflexão crítica e abrangente a respeito dos valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo (p. 180)

Ou seja, a reciclagem sozinha não resolve o problema do excesso de lixo. Se pararmos para analisar a Política dos 3R's, constataremos que há uma ordem (1º Reduzir, 2º Reutilizar, 3º Reciclagem), há prioridades. O discurso ecológico

alternativo advoga a favor de uma sequência a ser seguida. La Rovère e Vieira (1992) aientam em seu texto o Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida que a redução deve ser priorizada sobre a reutilização; e depois a reutilização deve ser priorizada sobre a reciclagem. Neste sentido, devemos tomar cuidado ao tratar de reciclagem, pois Layrargues (2002) afirma que esta deve aparecer como tema gerador de questionamentos e nunca como atividade-fim. Porém é fácil perceber que há uma utilização deturpada da Reciclagem que a transforma em compensação para o consumo; por exemplo, em 1990 surge uma nova embalagem de refrigerante, a lata de alumínio, considerada na época uma excelente descoberta já que além de ser composta por um material 100% reciclado, proporcionava praticidade, economia de espaço no armazenamento, facilidade no transporte e segurança no manuseio. Diante de tantas vantagens a embalagem de vidro retornável – esta na época se utilizava da Reutilização – foi rapidamente substituída pelo alumínio. Atualmente o Brasil recicla 73% das latas de alumínio que produz, isso poderia ser um bom índice se não fosse o fato das grandes indústrias usarem este índice para induzir o consumo de latinhas, ou seja, você pode consumir quantas latinhas quiser pois estas serão recicladas, logo, não há problema em consumir em excesso. Neste sentido a Reciclagem torna-se a política mais forte da Pedagogia dos 3R's quando na verdade ela deveria ser o último recurso a ser utilizado.

Diante esta utilização equivocada da reciclagem é necessário que haja uma mudança de comportamento, deve haver uma ampla discussão sobre a mudança de valores culturais. Penna (1999) afirma que tudo leva a crer que a tarefa da redução do consumo será árdua, pois será preciso reverter valores culturais enraizados, favorecidos pela invasão maciça da vida pública e doméstica. Há uma explicação razoável para a Política de redução da Pedagogia dos 3R's para a Pedagogia de 1R, o da Reciclagem. Layrargues (2002) afirma que a ideologia hegemônica permite a crítica ao consumo insustentável porque existe hoje um consumo sustentável. No entanto, não se permite a crítica ao consumismo, pois a frugalidade representa uma subversão perigosa demais ao sistema econômico dominante. Neste sentido, estamos traçando um caminho perigoso para a sociedade, onde o sistema econômico coloca em risco os recursos naturais e por sua vez, as medidas a serem tomadas para proteger esses recursos (erradicação do consumismo) colocam em risco o sistema econômico mundial vigente.

De acordo com Gadotti (2009), a Ecopedagogia aparece inicialmente como Pedagogia do desenvolvimento sustentável num estudo realizado pelo Instituto Latino-

americano de Pedagogia da Comunicação (ILPEC), da Costa Rica e assinado por Francisco Gutiérrez (1994). Este documento já faz referência a uma visão holística, ao equilíbrio dinâmico ser humano e natureza e à categoria da sustentabilidade que são pressupostos essenciais da Ecopedagogia. Logo em seguida Francisco Gutiérrez e Cruz Prado ao perceberem que a pedagogia do desenvolvimento sustentável não “Ecopedagogia e cidadania planetária” daria a abrangência necessária ao tema, lançaram o conceito de Ecopedagogia em seu livro *Ecopedagogia e cidadania planetária* (GUTIÉRREZ E PRADO, 1999) Cruz Prado e Francisco Gutiérrez foram, segundo Gadotti (2009), os primeiros grandes desbravadores do campo e das potencialidades da ecopedagogia. Gadotti (2009) afirma ainda que para eles a "Ecopedagogia seria aquela que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana". Ou seja, a ecopedagogia pode ser entendida como movimento pedagógico, como abordagem curricular, como movimento social e político. Esta é um projeto global que visa principalmente a aprendizagem do ser humano a partir da natureza, o homem não mais como centro do universo, e sim como elemento fundamental na transformação dele como um todo. A terra faz parte do homem e o homem faz parte da terra. Precisamos a cima de tudo rever nossos hábitos destrutivos e nossa visão de mundo limitada.

A Ecopedagogia deve ser abordada como um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje, afirma Gadotti. Ele salienta ainda que a ecopedagogia é parte de uma pedagogia planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não formal...). Devemos ampliar nosso ponto de vista de uma visão antropocêntrica para uma visão holística e planetária. E ele acrescenta a Educação Ambiental é um pressuposto básico da ecopedagogia. Gadotti (2009) salienta que nós não estamos no mundo; nós somos o mundo. É necessária uma mudança de visão de mundo para percebermos que nós não vivemos na Terra; nós somos a Terra. Da terra viemos e para ela que voltaremos. O conceito de cidadania planetária deve nos trazer a consciência de que somos todos habitantes da mesma morada, o planeta Terra. E por isso trona-se fundamental que encontremos o equilíbrio entre ser humano, desenvolvimento e Terra. A partir do cotidiano busca-se entender o que fazemos com a nossa existência, esse é o principal sentido da Ecopedagogia. O homem ocidental e sua cultura cristã predatória nos leva a

destruição do bem mais precioso, a Terra. O homem foi criado para o individualismo, Gadotti (2009) reforça que sem uma educação sustentável, a Terra continuará sendo considerada como espaço de nosso sustento e de domínio técnico-tecnológico, objeto de nossas pesquisas, ensaios, e, algumas vezes, de nossa contemplação. Quando deveria ser tratada como parte de nossa existência, como fundamental elemento para nossa sobrevivência. Neste sentido, a pedagogia da terra mais do que educar para a sustentabilidade ela nos traz a possibilidade para um novo projeto de vida. Ela nos traz novos princípios e valores e sugere novos símbolos. Ela nos ensina que como afirma Gadotti (2009) "o mundo está se fazendo e nos fazendo."

O capitalismo aumentou mais a capacidade de destruição da humanidade do que o seu bem-estar e prosperidade, ou seja, o potencial destrutivo da humanidade cresceu a medida que o capitalismo tornou-se o centro da economia mundial. Desta forma tudo passou a ser objeto de dominação e a terra propriamente dita deixou de ser um ser vivo e passou a ser bem de consumo, objeto de poder, a terra neste contexto passou a ser objeto inanimado, sem vida. O fato dos sistemas educacionais terem nascido na Europa no período da industrialização foi o ponto fundamental para a transformação do homem num ser individualista, a educação num sistema de técnicas a educação tornou-se o principal meio para moldar e manipular a população e levar as classes menos favorecidas a obedecer aos interesses das classes dominantes. Precisamos refletir esta realidade já que a educação não pode mais ser baseada em princípios predatórios e individualistas em uma lógica instrumental que produz valores vazios e que estimulam a competitividade e objetivam o poder a qualquer custo. Na perspectiva da ecopedagogia e da pedagogia da terra a terra é única e todos nós que vivemos nela devemos trabalhar para mantê-la cuidada, conservada, precisamos entender a terra como ser vivo, como nossa única e bela morada.

Nos últimos 30 anos aqueles que atuam na área da Educação Ambiental vem tomando consciência da excelente contribuição que todos vem oferecendo para este projeto educativo em construção. O Meio Ambiente não pode ser visto somente como um objeto de estudo ou somente como um tema a ser abordado, ele não é um coadjuvante nesta história. Pelo contrário, o Meio Ambiente é o principal protagonista em nossas vidas. Sendo assim, a Educação Ambiental não pode ser definida como uma Educação entre tantas outras nem tão pouco pode ser vista como uma ferramenta ou um simples manual de regras visando melhorar as relações entre sociedade e meio

ambiente. Sauv  (2005) afirma que a educa o ambiental trata-se de uma dimens o essencial da educa o fundamental que diz respeito a uma esfera de intera oes que est  na base do desenvolvimento pessoal e social.

CAPÍTULO 2 – Educação Ambiental em Maricá: Uma Experiência no Centro de Educação Infantil do Município de Maricá (CEIMM)

2.1– Maricá: Um breve histórico

O Município de Maricá localiza-se a aproximadamente 65 km da capital do Rio de Janeiro e desde 1975 passou a ser considerada parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. Dividida em quatro distritos: Itaipuaçu, Inoã, Centro e Ponta Negra.

*“Conheça agora os limites
Das terras de Maricá,
Dizê-los neste poema
É moleza, vamos lá!
Quem sabe faz sua sorte...
Itaboraí, ao Norte
Rio Bonito e Tanguá
Ao Sul temos o oceano,
Jazigo de muito herói;
Pelo leste, Saquarema
Onde também se constrói
E no Oeste ou poente
Ali pertinho da gente
São Gonçalo e Niterói.
(CAMPELO, 2007. p.6 e 7)*

A cidade é composta por riquezas naturais inigualáveis como, por exemplo, um sistema lacunar raro que se caracteriza com praticamente todos os seus Rios nascendo e desaguando dentro do próprio município, além de ter um dos maiores complexos lacunares do estado do Rio, Maricá possui um litoral extenso com aproximadamente 46 km de extensão, rodeada de vegetação, a restinga da Barra de Maricá e as dunas preservadas também na praia da Barra, além de uma área verde enorme, que incluem a Serra da Tiririca, divisa de Maricá com Niterói e considerada um Parque Estadual de preservação Ambiental, e ainda o pico da lagoinha, o pico mais alto da cidade que possui 890 metros de altitude.

Segundo o site oficial da prefeitura de Maricá, na última consulta pública para mobilizar os moradores de Maricá em 2010 pela criação das Unidades de Conservação Municipais (UCMs), lembrou-se que a água potável da cidade depende da existência das duas áreas a serem protegidas: uma como Área de Proteção Ambiental (APA) e outra como Refúgio da Vida Silvestre (REVIS). Como se não bastasse toda essa riqueza foram encontradas no município pelo menos 20 espécies de animais que hoje estão na lista oficial do IBAMA como espécies ameaçadas de extinção, entre elas macaco bugio, jaguatirica, preguiça e tamanduá mirim. Em março de 2014 foi encontrado no município um Jacaré de Papo Amarelo, outra espécie ameaçada. As riquezas naturais e as constantes aparições de espécies da fauna e flora que estão em extinção, tornam as Áreas de Proteção Ambiental e as Unidades de Conservação Municipal ambientes indispensáveis para o equilíbrio ambiental do Município.

Outro aspecto importante para a preservação ambiental é o aumento populacional descontrolado. De acordo com dados do IBGE, em 1991 sua população era de 46.545 habitantes, passando a ser de 60.064 em 1996 e em 2007 mais de 123.000 habitantes vieram para a cidade. Os atuais dados do IBGE, no entanto, registram hoje 127.461 habitantes na cidade, e o fato da grande maioria da população ser de origem metropolitana preocupa ainda mais. Com o crescendo desordenado da população o município apresenta problemas no baseamento básico, poluição nas lagoas e nas praias, degradação das áreas verdes, da restinga, dos mangues e total desvalorização das áreas de preservação. Além disso, vivemos hoje com a possível construção de um Porto na cidade, colocando em risco toda a costa maricaense e a vida marinha que depende este eco sistema para sobreviver. O documento requerendo a Autorização para Construção e a Exploração de Terminal de Uso Privado, denominado Terminais Ponta Negra (TPN) descreve a localidade como Ponta Negra, adjacente à praia de Jaconé, o documento justifica a construção do Porto alegando se tratar de uma localização estratégica que permitirá atender as necessidades logísticas das principais bacias de produção, principalmente a de Santos, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O documento descreve também os investimentos que passam os R\$ 5 bilhões, só na primeira etapa o Porto vai gastar mais de R\$ 1 bilhão de reais. De acordo com o Jornal O Globo (2012):

O Porto terá capacidade para receber 850 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a 40% da atual produção do país. O projeto tem o apoio do governo do estado, que prometeu criar acessos ao novo porto a partir do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio e conceder parte da Estrada de Ferro Leopoldina ao empreendimento. A previsão é que a obra seja concluída até 2015, a fim de coincidir com a inauguração do Comperj. O porto deve destinar apenas 30% de sua capacidade à Petrobras. O restante será voltado para as companhias estrangeiras que atuarão no pré-sal. Além de todas essas questões, ambientalistas temem pelo Ambiente natural que cerca a paradisíaca praia de Jaconé. (Jornal O Globo, 2012).

Estima-se ainda que o porto vai gerar 5 mil empregos diretos e até 12 mil indiretos. Porém esse empreendimento preocupa moradores e ambientalistas que temem pela vida social, econômica e ambiental do município. De um lado os impactos ambientais que a construção de um porto causa, do outro toda a infraestrutura que é necessário para a realização de um empreendimento como deste. Infraestrutura que a cidade não dispõem no momento. O jornal do Brasil publicou em abril de 2013 o depoimento da engenheira sanitária Ana Paula de Carvalho:

(...) A prefeitura estima que o porto irá gerar 5 mil empregos diretos e até 12 mil indiretos, no entanto, a engenheira afirma que não há mão de obra qualificada no município para ocupar os postos. "Milhares de funcionários chegarão à cidade, trarão a família. Nós não temos infraestrutura para isso" (Jornal do Brasil, 2013)

Ainda em reportagem para o Jornal do Brasil a engenheira lembrou que a praia tem sua importância histórica, na faixa de areia ao lado da área do porto existem formações de *beachrocks* que foram citadas por Charles Darwin durante sua passagem pelo litoral carioca, em 1832.

As descrições geológicas de Darwin se configuram como Patrimônio de Influência Internacional e o afloramento de *beachrocks* tem relevante valor geológico, pela possibilidade de utilização científica e cultural. "Existe um projeto do Estado que apresenta esta região como um Geoparque, que são lugares que apresentam grandes riquezas naturais. (...) Os *beachrocks* estariam neste Geoparque, mas o projeto não foi a frente em Maricá", acrescenta. (Jornal do Brasil, 2013)

Todos estes fatores tornam este trabalho importante na medida em que a cidade vive um momento de desenvolvimento. O Porto que já tem até nome, Terminal de Ponta Negra, se for construído sem um planejamento urbano adequado, sem os devidos estudos visando reduzir os impactos ambientais, os prejuízos podem ser irreversíveis e o futuro da população maricaense será trágico. Devido a isto, esta população deve ser motivada a valorizar a cidade, primeiramente, tomando conhecimento de todas as riquezas que o município possui, depois, engajando-se nos assuntos relacionados à construção do Porto, as lutas pela preservação das riquezas naturais que a cidade possui.

Um bom caminho na busca pela conscientização da população é a participação ativa de todos os maricaense nos assuntos relacionados ao Porto e a todos os impactos que uma construção desta magnitude pode causar ao ambiente. Devido a isto, este trabalho busca investigar de que maneira a Educação Ambiental vem sendo tratada no município, pretendemos expor que meios a atual Prefeitura vem utilizando para informar aos cidadãos sobre o grande processo de desenvolvimento que a cidade vem sofrendo, que intervenções estão sendo realizadas pela atual gestão visando um desenvolvimento sustentável, em harmonia com o meio ambiente e com a participação ativa da população de maneira que tenhamos um desenvolvimento em equilíbrio com todos os seres que habitam nossa terra.

2.2 – Um olhar para a Centro de Educação Infantil do Município de Maricá (CEIMM)

A escola escolhida foi o Centro de Educação Infantil do Município de Maricá (CEIMM) que atende a cerca de 370 alunos entre 3 e 6 anos. A creche foi fundada em 2000, porém foi em 2008 que ganhou sua cede oficial localizada no centro da cidade de Maricá. O prédio atual da creche foi construído para atender as crianças da região e planejado para possibilitar melhores condições de aprendizagem. Uma arquitetura que visava a preservação das árvores além do fato de sua estrutura lembrar o formato de um circo, com um picadeiro (pátio) no centro da construção; as salas, que ficam ao redor do pátio, são bem iluminadas pela luz solar e com boa circulação de ar; um espaço amplo para possíveis atividades fora da sala de aula; torneira coletiva para estimular a higiene pessoal; além da Sala Mágica, onde desenvolvem-se projetos. Existem recursos

variados para que a aprendizagem aconteça, são eles, televisão, DVD, fantoches, cama elástica, brinquedos diversos.

A escola ser projetada num formato de círculo é uma característica importante que tem, porém, seus pontos positivos e negativos. Um dos fatores positivos é que temos a sensação de descontinuidade, parece menos hierárquico do que aquela sequência crescente de salas mediante as séries, transmite a ideia de que estamos todos numa mesma posição. O ponto negativo seria a acústica ruim do pátio, segundo relatado pelos educadores da instituição e pela diretora da escola que relatou que em festas os discursos são evitados, as atividades são pensadas sempre buscando minimizar o problema com o som.

A fachada da escola escolhida não passa a ideia de Escola da Infância, o acesso se dá por uma rampa extensa e logo no início dessa rampa há um degrau que nos forçou a pensar em acessibilidade, observando com olhares críticos frente à situação exposta e analisando ao longo de nossas visitas no horário de entrada e saída dos alunos, observei que as crianças encararam a subida com muita disposição, mas ainda assim podemos afirmar que tanto a fachada da escola como o acesso precisa ser repensado já que segundo Secretaria Especial dos Direitos Humanos:

Ações que garantam a acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas são, nada mais, que o respeito de seus direitos fundamentais como indivíduos. (BRASIL, 2008, p. 46).

Portanto, em relação ao ambiente escolar pode-se dizer que dentre os inúmeros elementos em que a escola necessita para se ajustar e receber os alunos portadores de necessidades especiais a adaptação do meio físico está entre as principais uma vez que ira proporcionar o acesso de todos ao meio educacional.

Me chamou atenção também o descaso com os banheiros que encontraram-se com portas quebradas e remendadas com fita adesiva, o refeitório apresenta – se pouco iluminado e desorganizado, parece que a instituição e seus gestores não dão ênfase à alimentação. Percebemos que existe um espaço externo, entretanto este não é utilizado pelos alunos. Observamos que a maneira como a creche foi planejada tornou o espaço externo perigoso, inviabilizando assim a sua utilização.

Outro aspecto sobre o qual eu refleti bastante ao longo de minha pesquisa foi quanto a estética da Escola que segue uma padronização quanto as cores que são as cores correspondentes da prefeitura. O pátio é todo pintado de azul e vermelho, e discutimos que essa seja uma estética mais padronizadora do que funcional. Neste lugar tão adorado pelos alunos são desconsideradas as subjetividades dos mesmos. Ainda sobre o pátio, que é o lugar preferido dos pequenos, e assim esperávamos. O lugar é amplo não para a quantidade de alunos que a escola tem, mas por serem recreios intercalados, o lugar dá conta de satisfazer as necessidades de lazer dos pequenos. Há um planejamento quanto ao lazer e proteção dos alunos, o chão é forrado de tapete emborrachado para amortecer em caso de queda, os brinquedos são de plásticos, já que este material não machuca com facilidade e tem uma maior durabilidade. São brinquedos novos e foram adquiridos com dinheiro da festa popular que a Escola organizou em julho, além dos brinquedos o pátio tem um outro atrativo, a cama elástica, que também foi adquirida com dinheiro de festas organizadas pela escola, essa cama elástica é algo tão adorado pelas crianças que nem sabemos ao certo se é bom ou ruim, visto que é um aparelho profissional com armações de ferro e expressa muito sentido na escola. O refeitório não é bem planejado como o pátio, as salas e os outros ambientes, a escola parece não dar ênfase a alimentação. Um diferencial é a ventilação, pois como toda a escola o refeitório é um lugar arejado, no entanto, as paredes não estão em bom estado. Apesar de ter observado que o refeitório não é um lugar atrativo, conversando com alguns alunos e constatei que as crianças gostam da comida que a escola oferece e que a hora do lanche é esperado com ansiedade e entusiasmo.

2.3 - O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro Educacional Infantil do Município de Maricá (CEIMM)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEIMM foi reformulado pela atual gestão, visto que o PPP que existia até então já não atendia as necessidades da instituição; na reformulação do PPP a gestão atual juntamente com professores, procura envolver as famílias no processo de construção das políticas da instituição. Os planejamentos pedagógicos são organizados pela equipe técnica pedagógica em parceria com os docentes todas as sextas feiras, com duração de 2 horas e 30 minutos e tendo

como principal objetivo a construção de novas propostas a partir das necessidades observadas ao longo das aulas. O currículo é fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, sendo ele flexível e podendo passar por reavaliações da equipe de acordo com as necessidades apresentadas pelas turmas. Os encontros com os pais são realizados bimestralmente para tratar os assuntos diversos, como, rendimento, assinatura das fichas de avaliação, análise de relatório de rendimento, essas reuniões costumam ser feitas em dias e horários pré determinados diante de análise de público, as reuniões são marcadas próximas ao horário de entrada e saída dos alunos, assim cada responsável pode ao ir levar ou buscar seu filho na escola participar ativamente do processo de aprendizagem do aluno.

2.4 - A Educação Inclusiva

A escola possui uma sala de recursos que na intenção de proporcionar aos alunos portadores de necessidade especiais um atendimento educacional especializado (AEE), este é um serviço de educação especial que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades especiais” (SEESP/MEC, 2008). A escola atende alunos com necessidades especiais, alunos que estudam no CEIMM participam de projetos na sala de recursos no contra turno, a escola atende também alunos especiais de diversas escolas do município. Acompanhamos uma turma na qual João Pedro com hidrocefalia assistia aula com companhia de sua mãe. Durante a aula diversas vezes presenciamos a autonomia dos alunos para ajudar o colega, na hora de lavar as mãos, enxugar a boca que saliva e fazer os desenhos. Apesar de atender dezenas de alunos, a sala de recursos sofre atualmente um descaso da Prefeitura, visto que muitas escolas não possuem este recurso para os alunos especiais, esta situação acaba comprometendo o bom funcionamento deste espaços, umas vez que as escolas que possuem as salas de recursos precisam atender não só os seus alunos especiais mais também alunos vindos de escolas que ainda não foram devidamente reformadas para atender a todos. Desta forma a escola e os profissionais da educação precisam se adequar a esta situação, os responsáveis dos alunos precisam dar conta de se locomover de um bairro para o outro para garantir que seus filhos tentam acesso a educação de forma digna. Nas turmas que recebem alunos especiais, as atividades são conduzidas por uma professora e uma

auxiliar que acompanha o aluno especial, dependendo do grau de dificuldade em lidar com o aluno, o responsável pode acompanhar as aulas.

2.5 - Os Projetos Desenvolvidos no CEIMM e a Educabilidade

Não há educação neutra. Todo ato de educar é um ato político. Nessa via o educador deve se inteirar de uma nova realidade, mesmo que essa em nada se pareça com a sua. Educadores devem se integrar, no plano do diálogo e das ideias, com os homens do povo de maneira que possam atuar sobre o mundo. O conceito educativo de Paulo Freire era uma educação que vai além da escolarização, mostrando que a criança vê o mundo antes de qualquer outra aprendizagem, a educação precisa estar dentro do contexto dos alunos em que estão inseridos, tendo como base a aprendizagem libertadora que tenha o diálogo como fonte de transformação da prática educacional, seu legado era uma humanização superando a opressão.

Desde que a atual gestão assumiu a direção do CEIMM, passaram a desenvolver diversos projetos. Quando estive no campus de pesquisa foram desenvolvidos dois projetos, são eles, A Sala Mágica; Brincar - Por Que Brincar é Tão Importante para as Crianças Pequenas?

Sala Mágica

A Sala Mágica é um projeto desenvolvido pela antiga gestão CEIMM gestão da diretora Ana, quando o projeto foi iniciado não havia uma sala específica para que ele pudesse acontecer, após a mudança para a nova sede os gestores reservaram uma sala para que o projeto pudesse ganhar força. Foi neste momento que o projeto da Sala Mágica tornou – se um ambiente mágico, vivo, alegre, dinâmico, envolvente, rico, onde sujeitos transitam e são convidados a compartilhar alegrias, sonhos, fantasias, experiências e expectativas. A relação aqui é de troca. E a criança sabe como ninguém trocar. Deixemos o espírito de criança adormecido em cada um de nós brotar e assim seremos capazes de entender a fundo o universo rico e maravilhoso da Educação Infantil. O ambiente da sala mágica é composto de materiais diversos, tais como: baú de brinquedos, fantoches, espelho, livros ilustrados de histórias, materiais de sucatas, espaço para o desenvolvimento de atividades espontâneas, aparelho de TV e DVD, baú de roupas, sapatos e bolsas (para a recreação e experimentação de papeis) e tantos outros que se fizerem necessários. De acordo com Maurício (2009) A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece atenção dos

pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

Neste sentido, percebemos a importância da Sala Mágica que trabalhando com o lúdico possibilita a maior relação da criança com o mundo externo e com a formação de sua personalidade. Através da atividade lúdica e do jogo, a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando. Logo, a Sala Mágica é um espaço que favorece o máximo possível de atividades lúdicas e interativas, sejam elas dirigidas ou realizadas espontaneamente sob a mediação de um adulto.

Brincar – Por Que Brincar é Tão Importante para as Crianças Pequenas?

O Projeto Brincar objetivou trabalhar com os alunos questões como o que é brincar? A criação do brincar e o resgate de brincadeiras antigas, desde o início do ano os docentes vem apresentando maneiras diferentes de brincar, foram elaboradas diversas atividades, houve a participação dos responsáveis que também se permitiram brincar. A partir do relato de alguns pais que participaram das atividades propostas pela equipe pedagógica o projeto proporcionou momento único de interação entre alunos, pais e educadores e também a descontração e de informalidade que atualmente é tão incomum no espaço escolar.

Segundo Tizuko Morchida Kischimoto, a brincadeira existe desde os primórdios da sociedade. A brincadeira é universal e tem suas particularidades, ela é determinada de acordo com uma cultura, uma época, um espaço e vive em constante mudança. Um bom exemplo disso é a diferença de brincadeiras existentes na infância de nossos pais e da nossa própria infância, antigamente as crianças brincavam mais livre e coletivamente, com brinquedos que muitas vezes eram feitos por si próprio, havia uma divisão de brincadeiras femininas e masculinas com a revolução industrial as brincadeiras tornaram-se mais individuais, com espaços limitados e com brinquedos industrializados. Porém, o brinquedo foi criado muito antes do início do processo de industrialização, foi em 206 a.C por um general chinês e usado como instrumento de comunicação entre soldados, enviando notícias a locais sitiados ou transmitindo pedidos

de ajuda. O brincar é assim, como a arte, o movimento e pode ser considerado como uma linguagem através da qual as crianças se comunicam entre si e com os adultos. É a partir da brincadeira que a criança desenvolve suas funções cognitivas e físicas e ainda, a comunicação e a relação interpessoal. Para Piaget (1971), “Quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objetivo não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui”.

Ao brincar trabalha-se com o lúdico, favorecendo, assim a criação de percepção humana para os significados múltiplos e contraditórios presentes na cultura da época, é a partir do lúdico que se constitui uma leitura de mundo. A brincadeira é fundamental no desenvolvimento infantil, pois é a partir dela que a criança aprende a se conhecer melhor, a aceitar a existência do outro, organizando suas emoções e estabelecendo relações sociais. Nesse sentido, torna-se fundamental que o lúdico seja utilizado como recurso para uma melhor condição de educabilidade e se faz necessário que Projetos como o Projeto Brincar sejam desenvolvidos em maior número nas escolas da infância.

2.6 - As relações Interpessoais no Centro Educacional Infantil do Município de Maricá (CEIMM)

A instituição parceira nos acolheu, possibilitando que desenvolvêssemos bem o tema proposto, a administração foi em todas as visitas muito receptiva e procurou nos ajudar, dentro do possível, encontramos no CEIMM pessoas que nos apoiaram, dedicaram seu tempo para nos tirar dúvidas, responder nossas questões. Observamos o cotidiano escolar como um todo, procurando estabelecer uma relação entre a teoria e a prática. Dourado (2007) afirma que “a concepção de educação é entendida, aqui, como prática social, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade”. (p. 923).

Partindo da concepção de educação entendida por Dourado, constamos a preocupação dos educadores com as condições de educabilidade das crianças e com a participação ativa dos responsáveis nesse processo. Deparamos com situações que provam toda dedicação dos gestores e educadores da escola, num primeiro momento a diretora da instituição relatou que as reuniões eram marcadas às sextas feiras e não

havia muita assiduidade por parte dos responsáveis, os educadores procuram o motivo da ausência e descobriram que muitas mães são diaristas e devido a isso ficavam impossibilitadas de frequentar a reunião às sextas; constatado isso, a instituição passou a marcar as reuniões em outros dias da semana em horários próximos aos horários de entrada ou saída. Outra prova do olhar sensível dos educadores quanto à participação de todos nas atividades propostas pela escola foi o ocorrido com a festa junina que mudou de nome quando os professores perceberam que muitas crianças não participavam da festa devido às influências evangélicas na família que consideravam a festa junina uma manifestação católica, após a constatação dos fatos a festa passou a ser chamada Festa Popular e voltou a ser frequentada por alunos e responsáveis.

O momento da entrada tem um sentido mais do que especial, pois acontece uma espécie de reunião dos pais no portão, um diálogo entre as professoras e os pais quando necessário, isso se dá pela ausência dos pais nas reuniões devido ao trabalho, vale ressaltar que isso não impede que as reuniões aconteçam. Ainda nesse contexto de relação pais e educadores, notou-se também a ausência de turbulência prevista no horário da entrada e saída, pois nesses horários costuma-se haver reclamações a gestão, ao governo, situações repetidas e por mais que saibamos que elas existem e devem existir, sentimos certo entrosamento, parecia um ensaio de algo que vem sendo trabalhado, a partir isto, conversamos com a diretora sobre os cotidianos da escola e em um de nossos assuntos ela colocou que a relação dos pais com a Escola é de parceria, que ainda que as reuniões sejam pouco frequentadas existem outros momentos de discussões que causam seus efeitos.

No entanto, a um aspecto negativo na relação escola x família, relatado pela diretora, “o maior desafio é quando a escola se depara com o descaso de alguns pais que utilizam a escola como depósito de crianças, são negligentes e dificultam o trabalho principalmente com a criança especial”. A diretora completou afirmando que estes são casos isolados, no geral os gestores do CEIMM se relacionam com pais participativos e parceiros no processo de ensino aprendizagem.

Outro aspecto importante relatado pela diretora é que não ênfase para a alfabetização no 2º período da pré escola, apesar de possuir um livro da editora Positivo como guia para as aulas, o tempo de cada aluno é respeitado, aqueles que mostram facilidade e interesse são alfabetizados, já aqueles que não demonstram interesse são estimulados sem que se sintam fracassados. Abrindo um pequeno parêntese ao texto

pensamos que nossos olhares esperam alguma coisa, nós somos habitantes do espaço escola e habitantes de longa data, mas o nosso olhar para essa proposta nos desloca para uma atividade investigadora, a explorar a escola e sua estrutura, seu funcionamento, suas condições de educabilidade, para isso foi necessário que por horas desnaturalizássemos nossos olhares na perspectiva de deixar ser afetado pela atmosfera que circula na escola, pelo cotidiano presente daquele lugar e por horas discutir com os teóricos da Educação Infantil o que se faz necessário nas escolas da Infância.

CAPÍTULO 3 – Atividades sugeridas para implementação da Educação Ambiental nas escolas

Neste capítulo irei propor, com base em pesquisas realizadas no site da revista Nova Escola, atividades que possam auxiliar os profissionais na implementação da Educação Ambiental nas escolas da infância. Este capítulo tem como único objetivo sugerir ideias que possam complementar o trabalho e estudo de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

3.1 – Horta: Aprendendo a cuidar

Objetivos: Criar uma horta e cuidar dela. Observar o desenvolvimento de um ser vivo. Valorizar o meio ambiente.

Ano: Creche.

Tempo estimado: Depende do que será plantado.

Material necessário: terra, cascas de frutas e legumes, mudas ou sementes, regador, pá de jardim, imagens do que será plantado, plástico transparente, fita adesiva e palitos de churrasco.

Desenvolvimento: Antes de começar, verifique a melhor época para plantar a espécie escolhida. Além das verduras, raízes (como cenoura) despertam curiosidade nos pequenos: eles ficam ansiosos para retirá-las da terra.

1ª ETAPA

Pergunte quem conhece uma horta. Para que serve? Conte que os vegetais são seres vivos. Por isso, precisam de cuidados, como sol e água.

2ª ETAPA

Que ingredientes são usados em uma salada? Registre as respostas delas podem surgir boas ideias para receitas. Leve as crianças ao refeitório e mostre alguns vegetais. Alerta para a importância de lavar bem as mãos antes de tocar na comida.

3ª ETAPA

Aqui a horta começa realmente. Faça uma placa com o nome da criança, a data e uma foto da planta de que ela vai cuidar. Proteja o papel com plástico para não molhá-lo quando a horta for regada. Depois cole as fichas em palitos de churrasco e entregue-as à turma. Num canto ensolarado, proponha às crianças que revolvam a terra com pzinhas.

Cada uma deve fazer um pequeno buraco, transplantar sua muda ou semente, apertar a terra em volta e molhá-la. Fotografe para que todos comparem essa etapa com as outras.

4ª ETAPA

A horta precisa de cuidados diários: água (fora dos horários de sol a pino) e observação para detectar pragas. O que acontece se as plantas não receberem água ou luz suficiente? Use duas plantas extras: uma ficará sem ser regada. A outra, coberta por uma caixa. Estimule as crianças a entender por que vão murchar.

5ª ETAPA

Separe as fotos com o passo-a-passo da horta e peça que as crianças coloquem em ordem, avaliando o crescimento das plantas.

6ª ETAPA

Hora da colheita. Na cozinha, as crianças podem lavar as plantas.

Produto final

Horta.

Avaliação

Compare observações, dúvidas e comentários ao longo do processo. Observe como cada criança se relacionou com sua planta.

3.2 - Transformando Espaços com Luzes e Sombras

Objetivo(s): Participar e assistir a um teatro feito com sombras

Ano: Creche

Tempo estimado: 30 minutos

Material necessário: Barbante; Lençóis brancos velhos; Lanternas de vários tipos; Bacias; Água; Escorredor de pratos, ralador, escorredor de macarrão e outros objetos "vazados"; Sucatas diversas, como caixa de ovos, garrafas pet e outros materiais transparentes; Papel cartão preto; Papel celofane; Tesoura; Cola.

Desenvolvimento: Uma das características mais fascinantes do Teatro é a possibilidade de criar, com o auxílio de alguns elementos, espaços, atmosferas, mundos diferentes. Assim é que o palco de um teatro ou mesmo um espaço como uma sala pode se transformar num castelo medieval, numa selva misteriosa ou numa paisagem do futuro. Desde cedo as crianças são sensíveis a essas transformações. Criar e recriar, inventar e

brincar de estar em outro lugar ou de ser um personagem são características comuns à brincadeira infantil e à arte teatral. E é no aspecto da transformação que se baseia esta atividade permanente.

1ª ETAPA

Prepare a sala: para o teatro de sombras você vai precisar afastar os móveis da sala e estender, com o auxílio de barbantes, um ou mais lençóis brancos de um ponto a outro do espaço, como uma tela esticada. Apague então a luz e acenda uma ou várias lanternas. Essa simples intervenção já é deliciosa e provocativa para as crianças. Algumas podem assustar-se ou chorar; é importante que o professor perceba e respeite a emoção dos pequenos.

Nesse momento, é o professor quem "atua" no teatro, aproximando e afastando o foco das lanternas do lençol. Faça sons, cante ou convide as crianças a ajudar na "sonoplastia". Esse primeiro momento é de aproximação e exploração!

2ª ETAPA

O teatro de sombras tradicional utiliza figuras recortadas minuciosamente em papel cartão preto, representando personagens. Você pode fazer o mesmo e ter uma coleção de figuras mais estruturadas para contar histórias conhecidas para as crianças. Mas, nesta atividade, o mais importante é criar formas inusitadas, pesquisar o efeito da luz e da sombra, modificar o espaço e brincar com novas possibilidades de produzir sombras com as crianças. Por exemplo: objetos vazados, como um escorredor de pratos, um ralador de queijo ou uma caixa de ovos furada produzem formas misteriosas ou sugestivas à luz da lanterna. Se a fonte de luz está fixa num único lugar, afastar e aproximar os objetos gera efeitos incríveis, principalmente se eles estiverem embrulhados em papel celofane. O mesmo acontece com objetos transparentes, como uma garrafa pet cheia de água colorida com anilina, ou mesmo uma bacia de água, que, quando iluminada, produz uma sombra cheia de movimento, que se modifica quando mexemos na água.

3ª ETAPA

Repita a atividade num outro dia. Organize o espaço com a ajuda das crianças. Uma boa ideia também é que cada uma tenha a sua própria pequena lanterna para suas pesquisas.

4ª ETAPA

No momento de Artes Visuais, convide as crianças a desenhar diferentes formas em papel cartão preto. Oriente-as com relação ao tamanho, para que não fiquem muito

pequenas. Importante: não é preciso, necessariamente, que as crianças desenhem figuras humanas ou bem-acabadas. Formas abstratas também produzem lindas sombras! Se as crianças ainda não puderem recortar, faça isso para elas e "vaze" as figuras, fazendo recortes dentro delas. Peça às crianças que preencham os espaços vazados, colando pedaços de papel celofane. Pronto! Agora vocês podem explorar as figuras criadas à luz da lanterna, e até mesmo criar uma história com elas.

5ª ETAPA

A proposta do teatro de sombras pode ser repetida muitas vezes. Alterne a possibilidade das crianças serem plateia (quando você ou um grupo de crianças está "por trás do lençol") ou serem atores (quando a "apresentação" é responsabilidade das crianças, individualmente ou em pequenos grupos).

Avaliação

Nesta atividade, fica muito evidente o quanto o professor medeia a aprendizagem dos pequenos. Porém, isso não significa que ele esteja fazendo tudo por eles. Por serem tão pequenas, as crianças vivem a experiência do teatro como integrada a todas as outras, como a brincadeira, a expressão plástica, o movimento. Mesmo assim, o professor pode observar se e o quanto as crianças participaram das atividades, se se interessaram pela pesquisa das sombras ou pelas descobertas dos colegas. O parâmetro de avaliação é perceber se as crianças envolveram-se de verdade nessa experiência conjunta e puderam criar algo que lhes agradou e que fez sentido para elas, ao contrário da tradição de representar pecinhas decoradas e cheias de texto, de cuja autoria não participam.

3.3 – Visita aos amigos

Objetivo(s): Favorecer o cuidado com o outro e regras de convivência; Resgatar a história de cada criança; Aprender a confiar no processo de dar e receber.

Ano(s): Creche; Pré-escola

Tempo estimado: Quatro dias.

Material necessário: Bolinhas de plástico (maior do que a boca dos bebês), tinta atóxica e não solúvel, cola, pedaços de pano, revistas de bebês, cartolina, tesoura e lápis de cor.

Desenvolvimento

1ª ETAPA

Proponha uma atividade às crianças maiores de 2 anos para que conheçam a vida dos menorzinhos: coloque várias revistas de bebês no chão e sugira que escolham algumas imagens. Recorte-as e cole numa cartolina. Enquanto isso, pergunte a cada uma por que escolheu aquela figura (aos que não responderem, indague como está o bebê na foto: sorrindo, chorando, comendo, se parece feliz ou triste etc.). Deixe o painel de fotos de bebês exposto até o fim da atividade. Diga às crianças que irá pedir à família uma foto delas quando bebês. Ao fazer o pedido, sugira que os pais escrevam alguma característica marcante, um fato interessante ou algo que o filho fazia ou de que gostava quando era menor.

2ª ETAPA

Apresente ao grupo as fotos e as histórias encaminhadas pelos pais. Proponha que cada criança cole sua foto numa folha e faça uma moldura pintada com lápis colorido. É fundamental que você explique a elas que já foram bebê um dia - uma boa estratégia é comentar as semelhanças físicas que a imagem revela.

3ª ETAPA

Conte para os maiores de 2 anos que eles farão uma visita ao berçário e sugira que construam um presente para dar aos bebês. Para confeccioná-los, entregue duas bolas de plástico para cada criança, explicando que uma será para ela brincar e a outra deverá servir de base para o presente dos bebês. Utilize tinta misturada à cola branca ou pedaços de pano para decorá-las.

4ª ETAPA

As professoras do berçário devem organizar os bebês em grupos para receber a visita. Em um que reúna bebês de 4 a 8 meses, as auxiliares e professoras precisam permanecer ao lado para ajudar aqueles que ainda não seguram a bola. Ao receber os presentes dos maiores, elas devem pegá-lo e agradecer-lo. Em outro grupo, com bebês de 9 meses a 1 ano, deve-se dizer para eles que estão recebendo um presente, feito pelo seu amigo, e que poderão brincar com ele. É muito comum que o bebê devolva a bola. Nesse momento, é fundamental que o professor explique o ato, dizendo à criança que deu o presente que o bebê quer brincar de dar e receber. Não se esqueça de monitorar o toque das crianças nos bebês, pontuando a cada gesto que se deve ter cuidado, "traduzindo" as expressões de satisfação ou desprazer do bebê para as crianças.

Avaliação

Analise a atividade em conjunto com a equipe do berçário, identificando a forma como cada um interagiu com os outros e como foi a qualidade das trocas afetivas do encontro. Verifique, ainda, o nível de confiança do processo de dar e receber para cada pequeno.

Flexibilização

Para incluir os pequenos com deficiência visual, é possível trabalhar com fotos em relevo (com os contornos pontilhados em braile, em cola de relevo ou destacados com barbante) ou com gravações em áudio do riso, do choro e de outras expressões dos bebês. Pode ser um estímulo interessante para mostrar às crianças de dois anos que elas também já foram menores. Ensinar músicas à criança, que caracterizem os colegas, é outra boa atividade. Um ambiente sinalizado na creche ajuda a criança a se localizar no berçário. Oriente o pequeno a encontrar o bebê e a presenteá-lo. Amplie o tempo de confecção do presente e, se julgar necessário, faça com que a criança reconheça os espaços do berçário antecipadamente, com a sua ajuda.

Deficiências

Visual

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil apresentado, pude constatar que a educação infantil no Brasil tem como prioridade ajudar a criança a desenvolver seu conhecimento de mundo, sua identidade, sua autonomia é a partir do estímulo da interação com o próximo e da busca por autoconfiança que se dá esse processo de desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança. Porém, a prática se apresenta de forma diferente das sugestões descritas nos RCNEI, deixando o processo de aprendizagem defasado e desestimulando as crianças a participarem dele, se transformando em um processo excludente e classificatório, ao invés de ser de fato um processo de inclusão, de interação e que constante aprendizagem. Observei que a criança caracterizada pelo referencial é um ser historicamente constituído, sendo marcada pelo meio social no qual vive e também deixando suas marcas neste. Esta é vista como um ser que sente e pensa o mundo de um jeito próprio sendo capaz de construir o conhecimento na interação com o meio e com as outras pessoas de forma ativa, a partir da criação de hipóteses originais sobre o que deseja “pesquisar”. E ainda que a criança é vista como um ser que deve desenvolver-se em um ambiente propício, sem a intervenção de nenhum fator que possa tolher seu desenvolvimento”.

Sendo assim, concluo que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) trata de uma infância que não existe. Nossas crianças, atualmente nas escolas e até em casa não tem o direito de falar, se expressar, de mostrar seu conhecimento prévio, a todo tempo elas são banalizadas e desestimuladas a produzirem algo, são tratadas como seres não pensantes, incapazes de transmitir qualquer tipo de conhecimento. Portanto, nossa maior crítica aos RCNEI é a grande distância entre os Referenciais e a nossa realidade. As escolas não estão preparadas para utilizar na prática os referenciais, falta profissional qualificado; falta estrutura; falta comprometimento dos governantes. Os Professores e funcionários não estão preparados para lidar com essa criança que vem para a escola cheia de ideias; cheia de vontades e conhecimento. De fato se todas as sugestões dos RCNEI fossem postas em prática a o processo educativo seria, sem dúvidas, muito melhor do que o atual. No entanto, é um processo complexo utilizar um documento produzido por terceiros, trazê-lo para sua realidade e a de sua comunidade sem ter o apoio adequado dos governantes.

Nós educadores devemos sim levar os Referenciais Curriculares Nacionais em consideração, porém precisamos também analisá-lo, criticá-lo e adaptá-lo a realidade vivida na escola e/ou comunidade. O processo educativo está em constante mudança e temos que ter a consciência da importância do nosso papel, enquanto educadores, nesse processo. Observar como cada atividade proposta está se desenvolvendo, analisar os resultados conquistados, avaliar suas prática e perceber de que maneira se deu a intervenção no processo de aprendizagem torna-se fundamental nesse sentido.

A instituição parceira me acolheu, possibilitando que desenvolvesse bem o tema proposto. Ao longo da visita encontrei pessoas que nos apoiaram, dedicaram seu tempo para nos tirar dúvidas, responder questões. Profissionais que acreditam em uma educação melhor. Observei o cotidiano escolar como um todo, procurando estabelecer uma relação entre a teoria e a prática. A partir das observações feitas ao perceber que além da preocupação dos educadores com a participação ativa dos responsáveis no processo de ensino aprendizagem, constatei também o grau de comprometimento dos educadores com a instituição e com os alunos, esta forma posso afirmar que a relação entre professores e alunos é de afeto e confiança, as crianças se sentem seguras dentro da instituição e esbanjam felicidade na chegada a escola. O trabalho pedagógico da escola é pautado em uma ação conjunta dos educadores, diretores e funcionários da instituição respeitando as limitações de cada aluno e buscando o estímulo contínuo da aprendizagem e envolvidos em garantir que o processo de ensino aprendizagem aconteça de forma integrada, que esteja sempre conectado a sociedade, formando alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos. Outro aspecto observado foi na entrada dos alunos a autonomia que um demonstrou, seu gesto, suas falas nos fizeram analisar que a escola é um lugar o qual eles querem estar presentes, não havia expressão de medo ou insegurança.

Pude concluir também que a Sala Mágica no espaço da Educação Infantil se justifica, pois a criança necessita de espaços específicos para reelaborar, viver diferentes papéis, para brincar e assim descobrir sua identidade própria. Além de ser levada a conviver de forma natural com as diferenças, já que no ambiente da Sala Mágica muitas delas transitam, e aprendem desde cedo, regras e valores fundamentais para a sua constituição humana. Na instituição o professor se coloca como modelo, como uma referência estruturante para a criança. As crianças aprendem não apenas com o que é dito, mas, sobretudo com o que veem, com a coerência entre as ações e o discurso dos

professores. Assim, quando apresentamos modelos pautados no diálogo, na cooperação, na solidariedade, estes, serão repetidos e valorizados pela criança. Quando a criança aprende a resolver verbalmente seus conflitos, explicando o que aconteceu e entendendo os motivos e as consequências de seus atos, as situações conflituosas diminuem. Nesse caso, é fundamental que haja a valorização dessa conquista, reforçando-se a aprendizagem da criança.

REFERÊNCIAS

BORBA, V. R. S e SPAZZIANI, M. de L. Afetividade no contexto da educação infantil. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT07-3476--Int.pdf>.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial: revista da educação especial. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPELO, S. Origens da Vila de Santa Maria de Maricá. In: Folheto de Literatura de Cordel. Rio de Janeiro, Brasil – Novembro, 2007.

DADOS DO IBGE. Disponibilizado em:
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330270>

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e Perspectivas. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007

GADOTTI, M. Ecopedagogia da terra, Pedagogia da Sustentabilidade, Educação Ambiental e Educação para a Cidadania Planetária. 2009.

GUTIÉRREZ, F. Pedagogia para el Desarrollo Sostenible. Heredita, Costa Rica: Editorialpec.

GUTIÉRREZ, F. e CRUZ P. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.

JORNAL DO BRASIL, 2013. Disponibilizado em:
<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/04/27/megaporto-transformara-paisagem-da-regiao-dos-lagos-e-pode-prejudicar-turismo/>

JORNAL O GLOBO, 2012. Disponibilizado em:
<http://oglobo.globo.com/economia/marica-tera-megaporto-de-5-bilhoes-ate-2015-3666220#ixzz2xxObiGdD>

KISCHIMOTO Tizuko Morchida, Jogos Tradicionais Infantis o Jogo, a Criança e a Educação. São Paulo: Vozes, 1993.

LA ROVÈRE, A. L. e VIEIRA, L. (orgs.). Tratados das ONG's aprovadas no Fórum Internacional de ONG's e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global: Tratado sobre Consumo e Estilo de Vida. Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.

LAYRARGUE P. P. O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. Loreiro, Carlos F. B; Layrargue P. P; Castro, Ronaldo S. (org.). São Paulo: Cortez, 2002.

LEI Nº: 9.795 de 27 de Abril de 1999. Disponibilizado em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htmPENNA, C. G. O Estado do Planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental. Rio de Janeiro, Campus, 1994.

LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB). Disponível em:
<http://pedagogia.tripod.com/infantil/novaldb.htm>

MACEDO, E. F. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: Currículo: políticas e práticas. Moreira, Antonio F.B. (orgs.). Papirus Editora, 2000. p. 43 a 58.

MATÉRIA disponibilizada no site oficial da prefeitura de Maricá: Secretaria Municipal de Ambiente realiza soltura de jacaré-de-papo-amarelo, 2014. Disponibilizado em:
<http://www.marica.rj.gov.br/?s=noticia&n=3925>

MATÉRIA disponibilizada no site oficial da prefeitura de Maricá: Última consulta pública pelas UCMs ressalta água e animais em extinção, 2010. Disponibilizado em:
<http://www.marica.rj.gov.br/?s=noticia&n=209>

MAURICIO J. T. Aprendizagem, 2009. Postado em:
<http://brinqueeaprenda.blogspot.com.br/>

PIAGET L. E. A formação do símbolo na criança. Tradução de A. Cabral e C. M. Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL TERMINAIS DE PONTA NEGRA, 2014. Disponibilizado em:
<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi1/~edisp/inea0025126.pdf>

REVISTA EXAME, 2013. Disponibilizado em:
<http://info.abril.com.br/noticias/tecnologias-verdes/fotonoticias/quanto-lixo-os-brasileiros-geram-por-dia-em-cada-estado.shtml>

REVISTA NOVA ESCOLA: Horta, maio/2010: Horta. Disponibilizado em:
<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/0-a-3-anos/horta-467356.shtml>

REVISTA NOVA ESCOLA: Transformando espaços com luzes e sombras, abril/2005 . Disponibilizado em: <http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/transformando-espacos-com-luzes-e-sombras>

REVISTA NOVA ESCOLA: Visita aos amigos. Disponibilizado em:
<http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/visita-aos-amigos>

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. In Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponibilizado em:
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a12v31n2.pdf>

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte. Autêntica, 2007.